

ATA NÚMERO 55/XII/1ª SL

18.abril.2012 – 11h00

Aos 18 dias do mês de abril de 2012, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 11, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação das atas das reuniões anteriores

3. Comunicações do Presidente

4. Projeto de Lei n.º 207/XII/1ª, do PCP - Aprova a Lei-Quadro da Ação Social Escolar no Ensino Superior e define os apoios específicos aos estudantes.

- **Apresentação pelo autor da iniciativa**
- **Deputado Autor do Parecer** – Duarte Marques - PSD

5. Projeto de Lei n.º 208/XII/1ª, do PCP - Regime de apoio à frequência de Estágios Curriculares no âmbito do Ensino Secundário e do Ensino Profissional.

- **Apresentação pelo autor da iniciativa**
- **Deputado Autor do Parecer** - BE

6. Projeto de Lei n.º 209/XII/1ª, do PCP - Cria os Gabinetes Pedagógicos de Integração Escolar (GPIE).

- **Apresentação pelo autor da iniciativa**
- **Deputado Autor do Parecer** - PEV

7. Projeto de Lei n.º 210/XII/1ª, do PCP - Regime de apoio à frequência de Estágios Curriculares no Ensino Superior

- **Apresentação pelo autor da iniciativa**
- **Deputado Autor do Parecer** - PS

8. Projeto de Resolução 272/XII/1ª, do BE - Recomenda a alteração do Decreto-Lei n.º 338/2007, de 11 de outubro, para possibilitar o ingresso na carreira docente de todos os professores de técnicas especiais com vínculo à função pública

- **Discussão em Comissão**

9. Petição n.º 93/XII/1ª - Iniciativa de Daniel Estevão Carvalho Faria - Pretendem que se uniformizem os grupos de recrutamento dos docentes de educação especial entre a madeira e o continente.

- **Apreciação e votação do Parecer**
- **Deputado Relator:** Jacinto Serrão - PS

10. Petição n.º 95/XII/1ª - Iniciativa de Ana Maria Maciel da Silva e outros - Solicitam medidas legislativas para resposta a situações de violência escolar

- **Apreciação e votação do Parecer**
- **Deputada Relatora:** Ana Drago – BE

11. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, para audição do Ministro da Educação e Ciência sobre a revisão da Estrutura Curricular – Despacho n.º 5106-A/2012.

- **Análise e votação**

12. Outros assuntos

13. Data da próxima reunião

Dia 02 de maio.2012 – 10h00

.....

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

2. Aprovação das atas das reuniões anteriores

As atas das reuniões de 10, 11 e 13 de abril foram aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

3. Comunicações do Presidente

- 3.1.** O Sr. Presidente comunicou que foi recebido na Comissão um pedido de parecer da CAE, sobre o relatório do Governo no âmbito da participação de Portugal na União Europeia 2011. Cabendo ao BE a indicação de relator, foi designada a Sra. Deputada Ana Drago, que deverá apresentar o parecer na reunião de 15 de maio.
- 3.2.** O Sr. Presidente transmitiu que baixou à Comissão a Proposta de Lei 53/XII/1ª (GOV), que *Aprova a Lei Antidopagem no Desporto, adotando na Ordem Jurídica Interna as regras estabelecidas no Código Mundial Antidopagem e revogando a Lei n.º 27/2009, de 19 de Junho*, cabendo a PS a indicação de relator. A apresentação da iniciativa, pelo Governo, foi agendada para a reunião de 02 de maio e a apreciação do parecer para 8 de maio.
- 3.3.** Baixou ainda à Comissão o Projeto de Lei 216/XII/1ª (BE), que Estabelece o acesso aos direitos educativos a nadadores salvadores. A apresentação da iniciativa foi agendada para a reunião de 02 de maio e a apreciação do parecer para 8 de maio, cabendo ao CDS-PP a indicação do relator.
- 3.4.** Em relação ao Projeto de Resolução 285/XII/1ª (PCP), *Conclusão das obras em curso, reavaliação dos projetos aprovados e sua concretização e extinção da Parque Escolar E.P.E.*, a Sra. Deputada Rita Rato (PCP) transmitiu que informará, oportunamente, a Comissão sobre se pretendem a discussão na Comissão ou em Plenário.
- 3.5.** O Sr. Presidente anunciou a receção dos seguintes pedidos de audiência:

- Federação Portuguesa de Yoga, sobre a regulamentação e profissionalização do ensino de Yoga em Portugal. Foi decidido que esta audiência será agendada através do sistema do deputado piloto, tendo sido indicado o Sr. Deputado Pedro Pimpão (PSD).
- Ordem dos Arquitetos, na sequência dos relatórios das auditorias da Inspeção Geral de Finanças e do Tribunal de Contas à Parque Escolar, E.P.E. Esta audiência foi agendada para a reunião da Comissão de 8 de maio, pelas 15h00.
- Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo, sobre Educação Especial. Este pedido será encaminhado para o Grupo de Trabalho da Educação Especial.

3.6. O Sr. Presidente informou ainda que se encontra agendada, para a reunião da Comissão de 2 de maio, às 10h00, uma audição da Comissão executiva da candidatura do Cante Alentejano a Património Cultural Imaterial da Humanidade.

3.7. Relativamente ao Café de Ciência, agendado para aquele mesmo dia, pelas 18h00, no Refeitório dos Monges, informou que contará com cerca de 80 participantes e que no final será feita uma visita ao Palácio, com base no roteiro geológico.

3.8. Por último, deu conta de que se registaram já 290 inscrições para a Audição sobre Educação Especial, agendada para o dia 9 de maio, na Sala do Senado, cuja capacidade é de 350 pessoas.

A este propósito, interveio a Sra. Deputada Rita Rato (PCP), propondo que seja ponderada uma alternativa à Sala do Senado, dado o interesse manifestado em relação a esta temática.

O Sr. Presidente afirmou que tomaria boa nota da sugestão, entendendo que qualquer decisão deverá depender do número de inscrições registados nos próximos dias e das desistências, tendo, no entanto, levantado a hipótese da Sala das Sessões ou da Aula Magna.

4. Projeto de Lei n.º 207/XII/1ª, do PCP - Aprova a Lei-Quadro da Ação Social Escolar no Ensino Superior e define os apoios específicos aos estudantes.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) apresentou o Projeto de Lei, não se tendo registado mais intervenções sobre o mesmo.

O parecer, da responsabilidade do Sr. Deputado Duarte Marques (PSD), deverá ser apreciado na reunião da Comissão de 2 de maio.

5. Projeto de Lei n.º 208/XII/1ª, do PCP - Regime de apoio à frequência de Estágios Curriculares no âmbito do Ensino Secundário e do Ensino Profissional.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) apresentou o Projeto de Lei, não se tendo registado mais intervenções sobre o mesmo.

O parecer deverá ser apreciado na reunião da Comissão de 2 de maio, cabendo ao BE a indicação do relator.

6. Projeto de Lei n.º 209/XII/1ª, do PCP - Cria os Gabinetes Pedagógicos de Integração Escolar (GPIE).

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) apresentou o Projeto de Lei.

Interveio, de seguida, o Sr. Deputado Rui Duarte (PS), que afirmou que esta matéria preocupa o PS, entendendo que a escola deve garantir as condições de segurança que permitam evitar problemas de indisciplina e de insucesso. Considerou, todavia, que o modelo proposto pelo PCP é pouco ágil e contraria o princípio da autonomia das escolas, por entender que as respostas aos problemas deverão ser organizadas em função do contexto social em que a escola se insere e de acordo com as especificidades de cada ambiente.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) fez referência à inversão da posição do PS, que na anterior Legislatura afirmava que estas equipas já existiam e estavam a funcionar em algumas escolas. Reafirmou ainda que esta não é uma proposta fechada no âmbito da autonomia das escolas.

A apresentação e o debate foram gravados em registo áudio, encontrando-se a gravação disponível no [processo do Projeto de Lei](#).

O parecer foi agendado para a reunião da Comissão de 2 de maio, cabendo ao PEV a indicação do relator.

7. Projeto de Lei n.º 210/XII/1ª, do PCP - Regime de apoio à frequência de Estágios Curriculares no Ensino Superior

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) apresentou o Projeto de Lei, não se tendo registado mais intervenções sobre o mesmo.

O parecer deverá ser apreciado na reunião da Comissão de 2 de maio, cabendo ao PS a indicação do relator.

8. Projeto de Resolução 272/XII/1.ª, do BE - Recomenda a alteração do Decreto-Lei n.º 338/2007, de 11 de outubro, para possibilitar o ingresso na carreira docente de todos os professores de técnicas especiais com vínculo à função pública

O Projeto de Resolução foi apresentado pelo Sra. Deputada Ana Drago (BE) e intervieram no debate os Deputados Maria José Castelo Branco (PSD), Rita Rato (PCP), Ana Catarina Mendes (PS) e Michael Seufert (CDS-PP).

Anexa-se a informação correspondente ao debate, que seguiu para votação do Projeto de Resolução no Plenário.

9. Petição n.º 93/XII/1ª - Iniciativa de Daniel Estevão Carvalho Faria - Pretendem que se uniformizem os grupos de recrutamento dos docentes de educação especial entre a madeira e o continente.

O Sr. Deputado Jacinto Serrão (PS) apresentou o relatório, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

10. Petição n.º 95/XII/1ª - Iniciativa de Ana Maria Maciel da Silva e outros - Solicitam medidas legislativas para resposta a situações de violência escolar

A Sra. Deputada Ana Drago (BE) apresentou o relatório, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

O Sr. Presidente propôs ainda o envio do relatório à equipa do Projeto *Ramalde com as Crianças*, cujo tema em debate, no presente ano, é o da Violência nas Escolas, o que foi aceite por todos.

11. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, para audição do Ministro da Educação e Ciência sobre a revisão da Estrutura Curricular – Despacho n.º 5106-A/2012.

A Sra. Deputada Odete João (PS) apresentou o requerimento, alertando para as repercussões do Despacho 5106-A/2012 no normal funcionamento das escolas e na forma como decorrerá o início do próximo ano letivo. Assim, entende que o Sr. Ministro da Educação e Ciência deve explicar, na Comissão, as consequências decorrentes da redução da carga horária, bem como as alterações nos conteúdos programáticos que resultam da revisão curricular.

O Sr. Deputado Amadeu Albergaria (PSD) lembrou que o Ministro da Educação e Ciência esteve presente na Comissão, no dia 6 de março e na semana anterior, tendo respondido a questões sobre esta matéria, pelo que o PSD se oporá a esta audição.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) considerou que os Deputados da Comissão já tiveram oportunidade de apreciar esta matéria, pelo que anunciou o voto contra do seu Grupo Parlamentar, à semelhança, aliás, da votação ao requerimento do BE sobre a mesma temática.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) considerou pertinente o teor do requerimento, afirmando que o aumento do número de alunos por turma é por todos contestado e conduzirá, inevitavelmente, ao despedimento de muitos professores.

A Sra. Deputada Ana Drago (BE) afirmou que este seria um debate útil e que esta preocupação tinha sido já apresentada aquando da discussão do Orçamento do Estado.

Submetido a votação, o requerimento foi rejeitado, com os votos contra do PSD e CDS-PP e os votos favoráveis do PS, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

12. Outros assuntos

13. Data da próxima reunião

Dia 2 de maio.2012 – 10h00

A reunião foi encerrada às 12:45 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 18 de abril 2012

O PRESIDENTE

(José Ribeiro e Castro)

Ata aprovada na reunião de 2 de maio de 2012.

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Amadeu Soares Albergaria
Ana Drago
Carlos Enes
Duarte Marques
Emídio Guerreiro
Isilda Aguincha
José Ribeiro e Castro
Maria Conceição Pereira
Maria José Castelo Branco
Michael Seufert
Miguel Tiago
Nilza de Sena
Odete João
Paulo Cavaleiro
Pedro Delgado Alves
Pedro Pimpão
Rui Jorge Santos
Rui Pedro Duarte
Ana Catarina Mendonça Mendes
Emília Santos
Inês Teotónio Pereira
Jacinto Serrão
Pedro Alves
Rita Rato
Rosa Arezes

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto
Margarida Almeida

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ana Sofia Bettencourt
Heloísa Apolónia
Inês de Medeiros



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Informação

[Projeto de Resolução n.º 272/XII \(1ª\)](#) –
(GP/BE)

Discussão ocorrida nos termos do art.º 128.º n.º1 do RAR, em reunião da Comissão de 18/04/2012

Recomenda a alteração do Decreto-Lei n.º 338/2007, de 11 de outubro, para possibilitar o ingresso na carreira docente de todos os professores de técnicas especiais com vínculo à função pública.

1. Oito Deputados do Grupo Parlamentar do BE tomaram a iniciativa de apresentar o Projeto de Resolução (PJR) n.º 272/XII (1.ª), ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 156º (Poderes dos Deputados) da Constituição da República Portuguesa e da alínea b) do nº 1 do artigo 4º (Poderes dos Deputados) do Regimento da Assembleia da República (RAR).
2. A iniciativa deu entrada na Assembleia da República a 28 de março de 2012, tendo sido admitida no dia 29 de março, data na qual baixou à Comissão de Educação, Ciência e Cultura.
3. O Projeto de Resolução foi objeto de discussão na Comissão, na reunião de 18 de abril de 2012.
4. A apresentação da iniciativa foi efetuada pela Deputada Ana Drago (BE), que sublinhou a necessidade de se proceder à alteração do Decreto-Lei nº 338/2007, de modo a criar mecanismos que permitam que os professores de técnicas especiais com vínculo à função pública possam ingressar na carreira docente. Esclareceu ainda que aquele normativo possibilitou que os docentes providos em lugar do quadro de zona pedagógica fossem integrados na carreira docente, deixando de fora os docentes que vincularam ao quadro de escola. Por último, acrescentou que está em causa um número muito reduzido de docentes e que esta correção não acarretará qualquer encargo adicional para o Estado.
5. A Sra. Deputada Maria José Castelo Branco (PSD) disse compreender a preocupação apresentada, reconhecendo que o Decreto-Lei 338/2007 não resolveu as condições de injustiça a que se propunha, pelo que o PSD vai estudar a situação.
6. A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) afirmou que o PCP tem acompanhado, há algum tempo, esta matéria, sublinhando a necessidade de serem cumpridos os direitos destes profissionais, de forma a restabelecer a situação de igualdade em relação a outros professores.
7. A Sra. Deputada Ana Catarina Mendes (PS) lembrou que o Decreto-Lei nº 338/2007 surgiu num contexto excecional, por se entender que os profissionais destas áreas estavam a ser discriminados, tendo sido estabelecidos critérios objetivos. Solicitou ainda esclarecimentos mais precisos à Sra. Deputada Ana Drago, designadamente sobre as razões da não inclusão destes profissionais na aplicação do Decreto-Lei, sobre o número de professores nesta circunstâncias e sobre os requisitos que preenchiam aqueles profissionais à data da aplicação do Decreto-Lei.
8. O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) referiu que aguardam resposta a algumas das questões levantadas por este PJR, para decidirem o sentido de voto, considerando fundamental esclarecer se esta é, de facto, uma situação para corrigir e, nesse caso, se poderá sê-lo nos concursos anunciados pelo Ministério da Educação e Ciência para 2013.
9. Em resposta às questões colocadas, a Sra. Deputada Ana Drago (BE) esclareceu que se trata de uma situação bizarra, gerada por um lapso, e que configura uma

enorme injustiça. Afirmou ainda que irá apurar o número de professores nesta situação e terminou, reiterando que este Projeto de Resolução tem como objetivo permitir a progressão, no âmbito do Estatuto da Carreira Docente.

10. Realizada a discussão, cuja gravação áudio se encontra disponível no processo do [Projeto de Resolução, na Internet](#), remete-se esta Informação a Sua Excelência a Presidente da Assembleia da República, para agendamento da votação do Projeto de Resolução na sessão plenária, nos termos do n.º1 do art.º 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Assembleia da República, em 18 de abril de 2012

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(José Ribeiro e Castro)